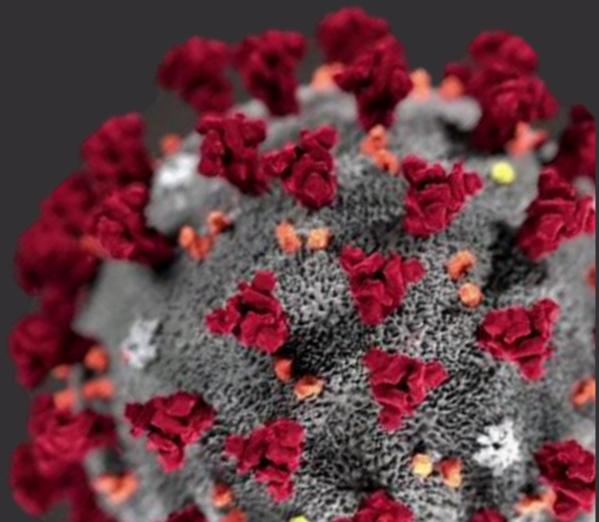


# Painel de Monitoramento

## Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

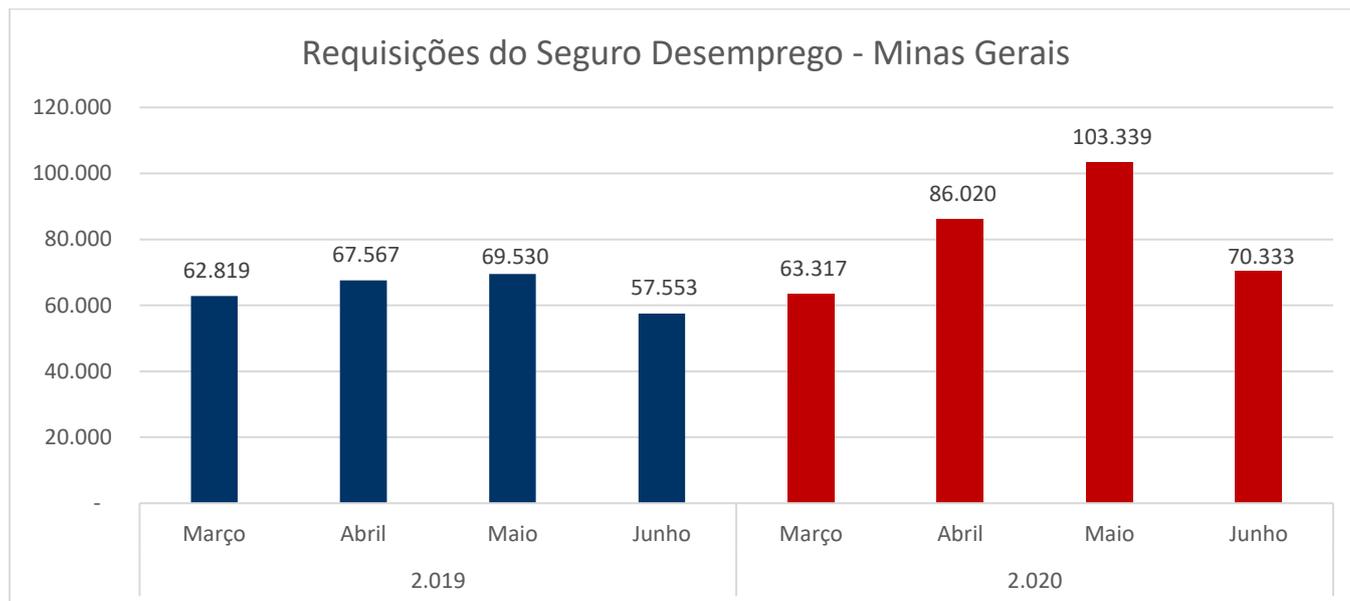
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Resultados PNAD-COVID;
- Situação dos Pequenos Negócios;
- Índice de Confiança Empresarial;
- Home Office para Servidores Públicos.

## **SEGURO DESEMPREGO**

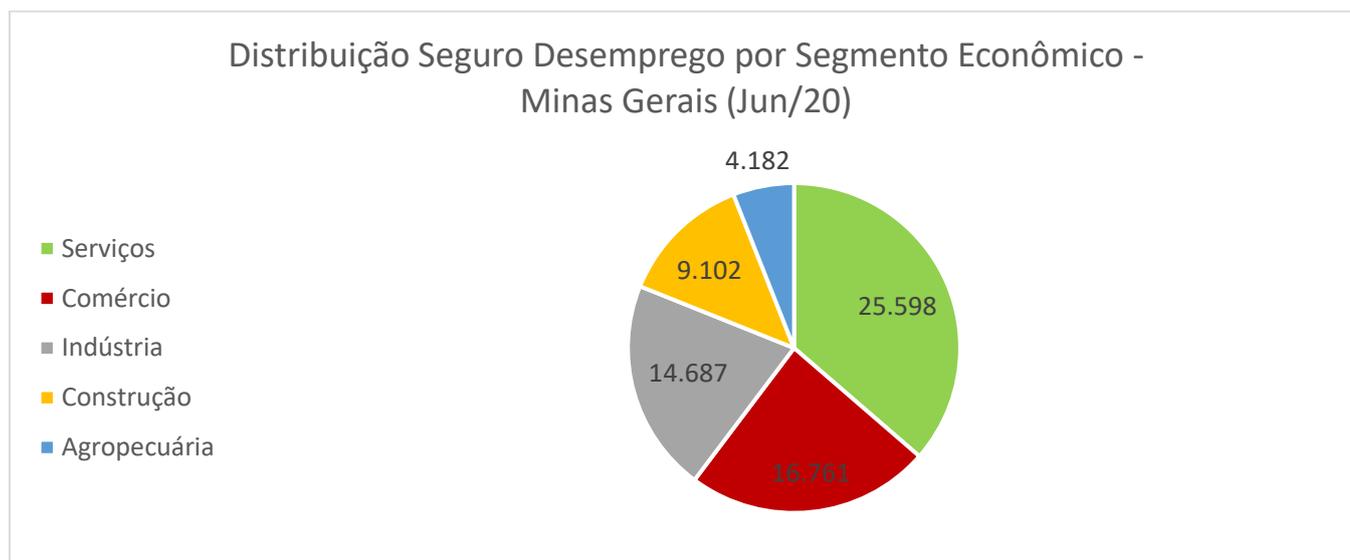
### Requisições do benefício experimentam sucessivas quedas em Minas Gerais

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego no Estado de Minas Gerais, durante a segunda quinzena de junho, totalizou 33.199 benefícios, uma redução de 10,5% em relação à quinzena anterior. Apesar de representar a terceira queda sucessiva do indicador desde a primeira quinzena de maio, o número de requisições do Seguro Desemprego ainda está 16,3% maior do que o valor verificado em junho de 2019, quando 27.786 trabalhadores sacaram esse auxílio assistencial.

Em todo o mês de junho de 2020, foram aprovados 70.333 benefícios, número este superior em 22,2% em relação ao mesmo mês de 2019. Desse total de requisições realizadas na segunda quinzena de junho deste ano, 63,8% foram realizadas por meio dos canais digitais da Rede Sine. Contudo, com a reabertura de alguns postos de atendimento, as solicitações Web vêm apresentando redução, fenômeno este que começou a ocorrer a partir de abril. Destaca-se também que os setores de serviços e comércio em Minas Gerais foram os maiores demandantes do benefício, 61% total, o que corresponde a 20.097 trabalhadores demitidos de suas funções apenas nesses segmentos.



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Em relação aos aspectos sociais por trás das requisições do benefício, destaca-se que o público demandante do Seguro Desemprego na segunda quinzena de junho em Minas Gerais é majoritariamente masculino (61,4%) e possui faixa etária entre 30 a 39 anos. No que tange ao grau de instrução, a maioria declara possuir ensino médio completo, cerca de 18.500 cidadãos.

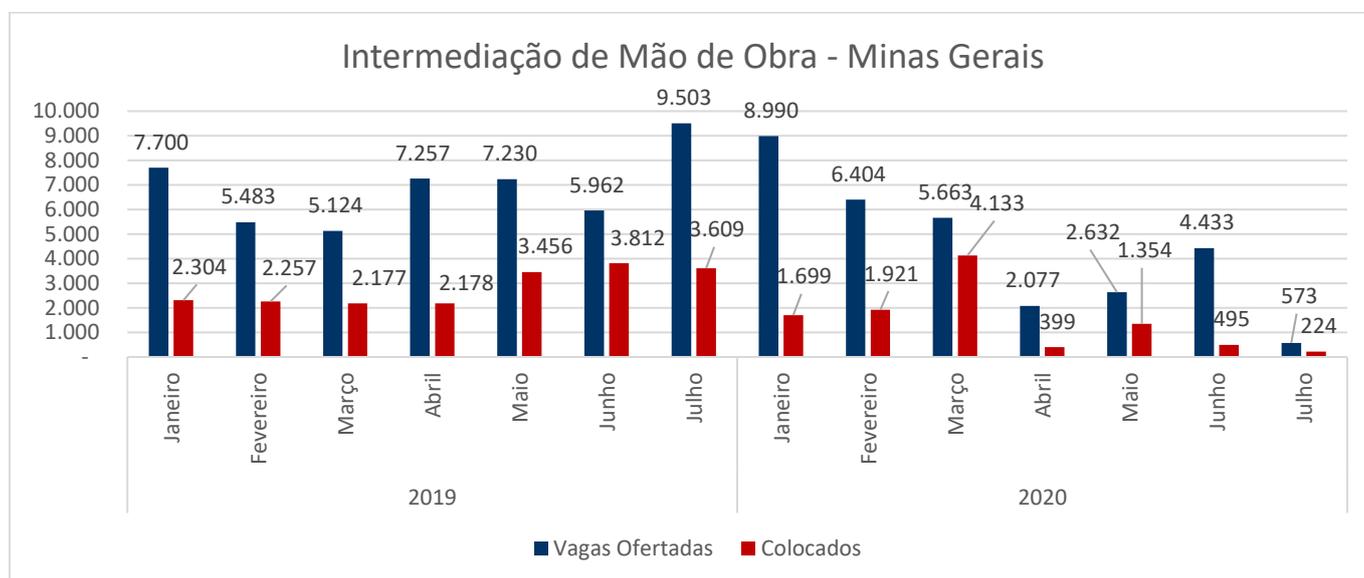
No Brasil, durante todo o mês de junho, foram feitas 653.160 requisições do Seguro Desemprego, uma alta de 28,3% em

relação ao mesmo período de 2019. No entanto, se comparado ao mês imediatamente anterior, houve uma queda de 31,9%, o que pode sinalizar para o fato de que o ritmo de demissões em virtude da pandemia se estabilizou. No cenário nacional, os setores de serviços e comércio também aparecem como aqueles que mais dispensaram trabalhadores formais em junho de 2020, acumulando um total de 438.113 vínculos desfeitos. No ranking de unidades da federação mais demandantes do benefício, Minas Gerais ocupa a segunda posição.

## ESTATÍSTICAS DO SINE

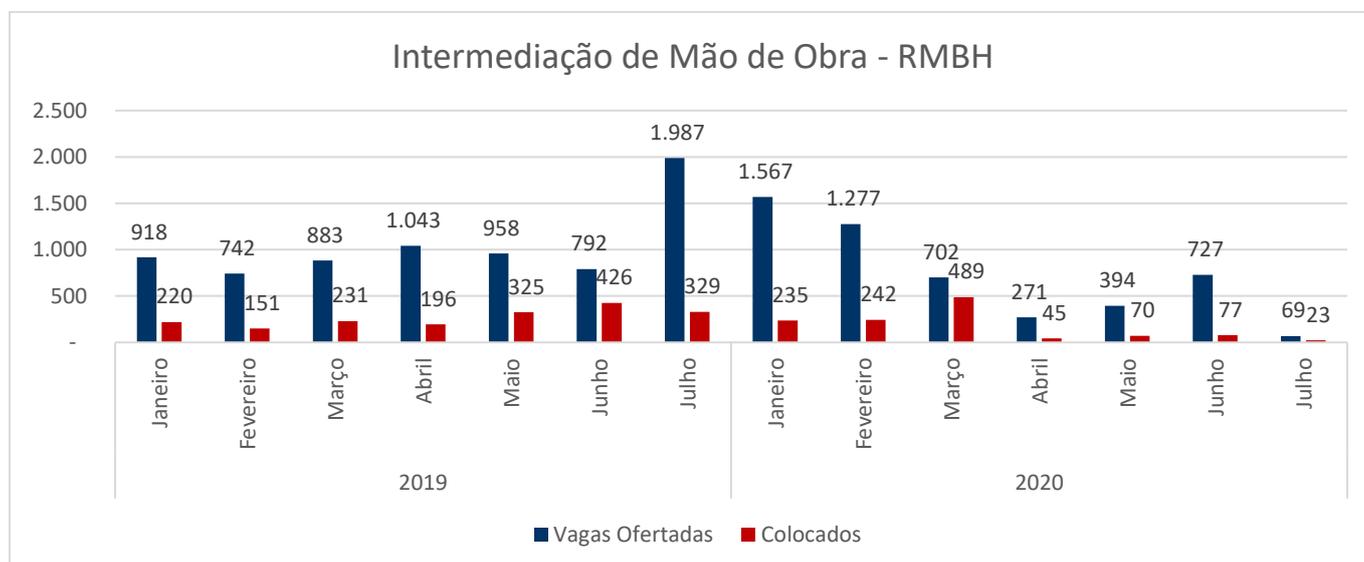
### Serviços são oferecidos em regime de teletrabalho

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 526.973 atendimentos entre janeiro e julho de 2020 (até 06/07), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 06/julho



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

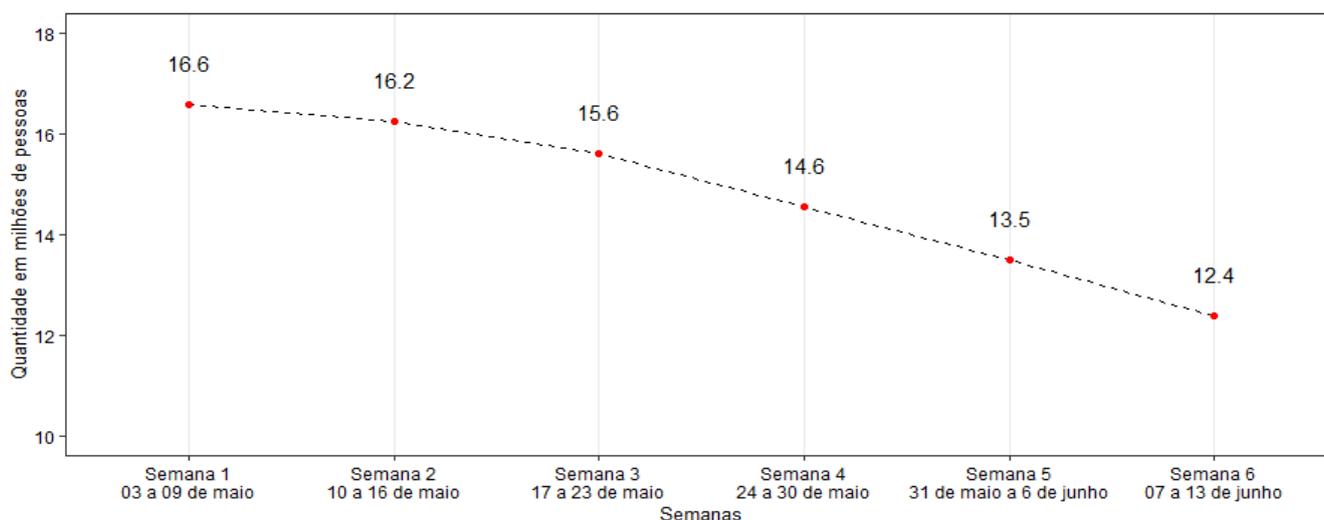
Dados referentes ao mês de julho computados até o dia 06/julho

## PNAD COVID E MERCADO DE TRABALHO

### Total de ocupados e trabalhadores afastados devido à pandemia sofrem diminuição na segunda semana de

Segundo resultados da PNAD-COVID, 83,5 milhões de pessoas integravam a população ocupada na segunda semana de junho, número este que se manteve estável estatisticamente em relação à semana anterior (83,7 milhões), assim como em relação à primeira semana de maio (84,4 milhões). O total de pessoas ocupadas que trabalhavam remotamente era de 8,5 milhões, representando 12,5% do total de ocupados no país, uma flutuação estatística pouco considerável se analisada a passagem da primeira para a segunda semana de junho e estável em relação à primeira semana de maio. Quanto à população ocupada e afastada do trabalho devido ao distanciamento social, na segunda semana de junho, este grupo era constituído por 12,4 milhões de pessoas (14,8% dos ocupados). O quantitativo foi menor que o registrado na semana anterior, 13,5 milhões, (16,1% dos ocupados) e menor também que o registrado na primeira semana de maio, 16,6 milhões (19,8% dos ocupados).

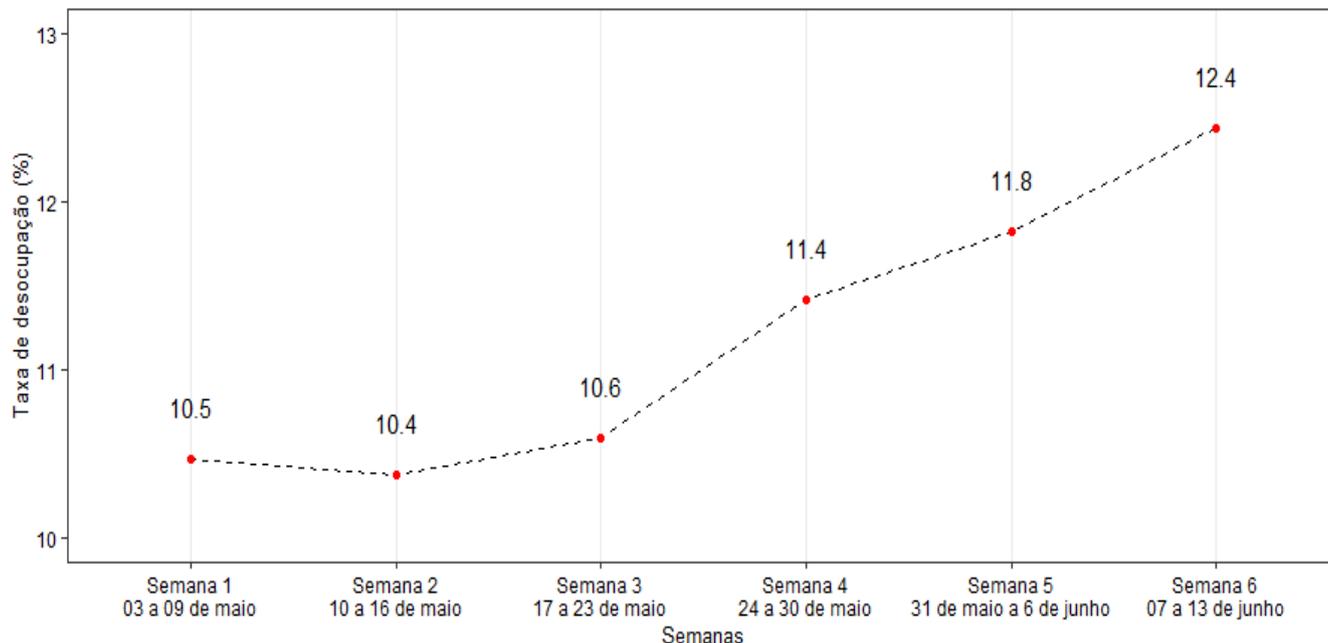
#### População ocupada e afastada do trabalho devido ao distanciamento social



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração própria.

Se tomada a população fora da força de trabalho, 18,2 milhões de pessoas não procuraram emprego por conta da pandemia ou por falta de oportunidades na localidade, mas gostariam de ter um emprego. Este grupo representava 24,3% da população fora da força de trabalho na segunda semana de junho. O contingente se manteve estatisticamente estável em relação à primeira semana de junho (17,9 milhões ou 23,9%) e abaixo do registrado na primeira semana de maio (19,2 milhões ou 25%). Na segunda semana de junho, a taxa de desocupação foi de 12,4%, permanecendo relativamente contínua em relação à taxa da semana anterior (11,8%). Apesar dessa regularidade na comparação com a semana anterior, a desocupação registrada na segunda semana de junho mostrou um crescimento do desemprego no país. No início da série histórica da PNAD COVID (primeira semana de maio) a taxa de desocupação era de 10,5%, quase 2 pontos percentuais a menos que a atual.

## Taxa de desocupação (semanal)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração própria.

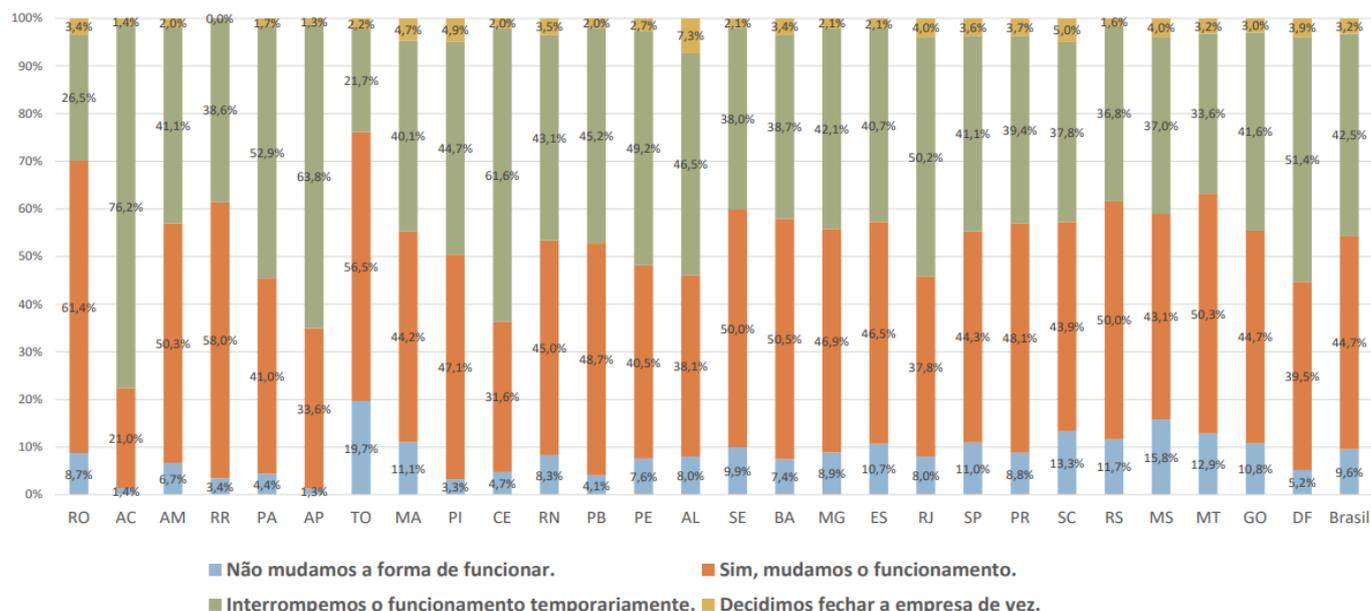
## PEQUENOS NEGÓCIOS

### 9 em cada 10 empreendimentos tiveram sua forma funcionamento impactada pela pandemia

Entre os dias 29 de maio e 02 de junho, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) entrevistou mais de 7.700 pessoas entre Microempreendedores Individuais (ME), representantes de Microempresas (ME) e de Empresas de Pequeno Porte (EPP), que integraram uma amostra representativa dos 17,2 milhões de pequenos negócios existentes no país. A pesquisa “O Impacto da Pandemia de Corona Vírus nos Pequenos Negócios” busca compreender o comportamento destes empresários durante a crise e os impactos das medidas de distanciamento social em suas atividades comerciais.

No âmbito dos reflexos provocados pela pandemia, a pesquisa mostrou que quase a totalidade dos pequenos negócios tiveram a forma de funcionamento alterada de alguma forma com o avanço da COVID-19 no Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, apenas 8,9% dos pequenos negócios não mudaram a forma de funcionamento após a disseminação do novo Coronavírus, resultado bastante semelhante à média nacional (9,6%). Também chama atenção o percentual elevado de pequenos negócios cujas atividades foram interrompidas ou que fecharam as portas definitivamente. No Brasil, quase metade dos pequenos negócios (45,7%) estão nessa situação, percentual bastante similar ao de Minas Gerais (44,2%). Observe o gráfico abaixo:

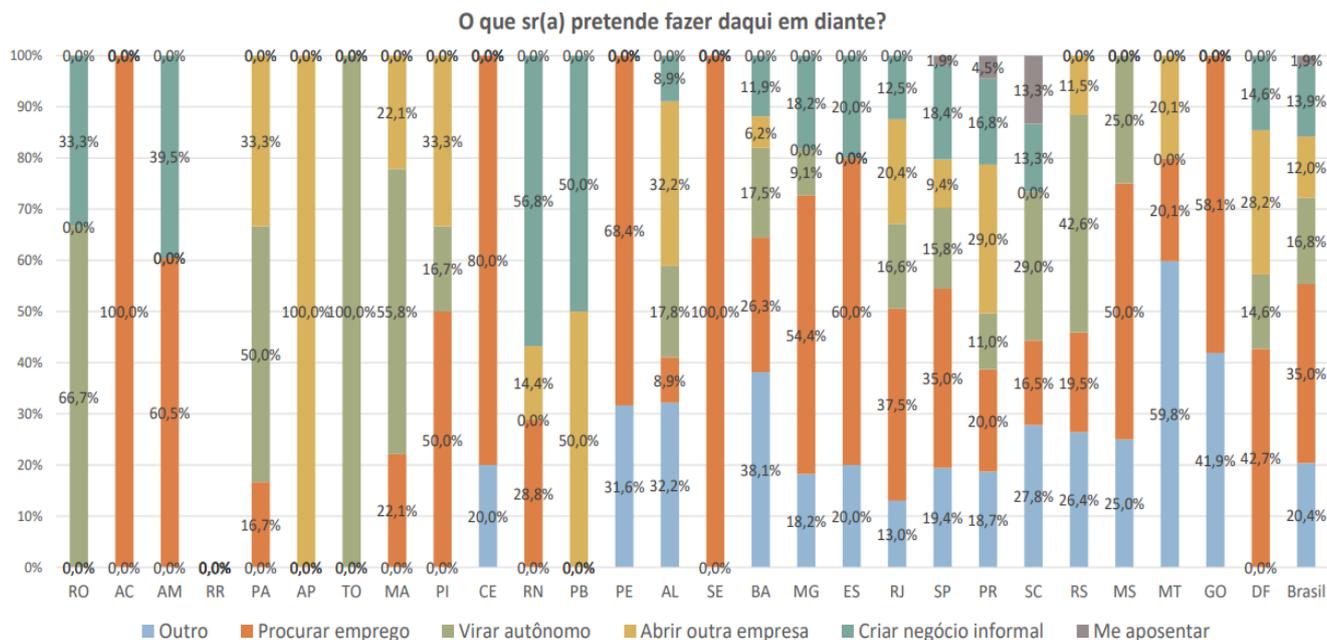
## Sua empresa mudou o funcionamento com a crise?



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

Em Minas Gerais, entre os empreendimentos que não fecharam as portas definitivamente, apesar de a maior parte conseguir manter o funcionamento mesmo com a restrição de circulação de pessoas, uma parcela significativa depende das vendas presenciais para funcionar. Cerca de 55,8% dos pequenos negócios mineiros têm conseguido manter o funcionamento, grupo no qual se destaca o uso de ferramentas digitais como, por exemplo, site, telefone e aplicativos, para a continuidade das atividades de comercialização dos bens e serviços. Por outro lado, o percentual de pequenos negócios que só funcionam presencialmente é alto. Em Minas Gerais, esses empreendimentos representam 35,5% do total de negócios que ainda não fecharam as portas definitivamente e que, por configurarem de empreendimentos de menor porte, tendem a ter menor reserva financeira, o que dificulta a sobrevivência sem que a circulação de caixa esteja normalizada.

Já em relação aos empreendimentos que encerraram as atividades definitivamente, a pesquisa questionou o que cada respondente pretendia fazer após fechamento do negócio. O resultado variou bastante de estado para estado, mas na média nacional, as principais alternativas são procurar emprego (35%), virar autônomo (16,8%) e criar um negócio informal (20,4%). Também chama atenção o elevado percentual que a opção de resposta indefinida recebeu (20,4%), o que pode refletir a alta incerteza sobre o futuro a curto e médio prazo em função da pandemia. Em Minas Gerais, destaca-se o alto percentual de respondentes que pretendem procurar emprego (54,4%), bem acima da média nacional, assim como percentual inferior a 0% de respondentes que pretendem abrir uma nova empresa. O gráfico abaixo detalha as alternativas de geração de renda predominantes em cada unidade da federação de acordo com a pesquisa:



Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

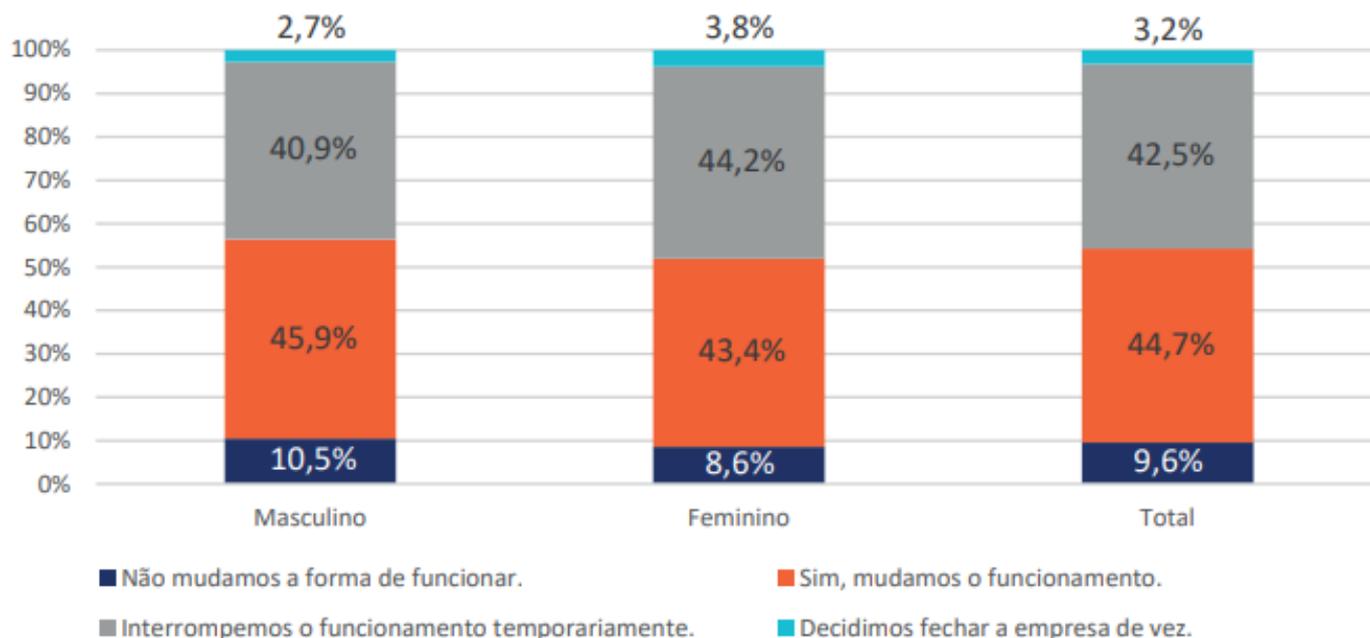
## Aspectos sociais: pesquisa também aponta que negócios geridos por mulheres e negros foram mais impactados

Alguns resultados da pesquisa “O Impacto da pandemia de Coronavírus nos Pequenos Negócios” também foram apresentados de forma desagregada por cor/raça e gênero, permitindo uma melhor compreensão da situação desses empreendedores a partir de indicadores sociais. O estudo relevou que os efeitos da crise nos negócios geridos por empreendedores do sexo feminino e negros tendem a ser mais graves que nos empreendimentos geridos por homens e brancos.

Os impactos da pandemia na forma de funcionamento dos pequenos negócios aconteceu de forma bastante similar entre empreendedores do sexo masculino e feminino, mas algumas diferenças merecem destaque. O estudo revelou que entre os empreendedores do sexo feminino, a proporção dos que fecharam a empresa de

vez (3,8%) e dos que interromperam o funcionamento temporariamente (44,2%) é maior que entre os empreendedores do sexo masculino (2,7% e 40,9% respectivamente). Já entre os empreendedores do sexo masculino, a proporção dos que não mudaram a forma de funcionar (10,5%) e que continuam funcionando, mas mudaram a forma de execução das atividades (45,9%) é maior que entre os do sexo oposto (8,6% e 43,4%, respectivamente). As diferenças evidenciam que o funcionamento de pequenos negócios de mulheres tende a sofrer mais os impactos da crise.

Tal realidade, comprovada a partir dos dados apresentados no gráfico abaixo, sinaliza para a importância de políticas públicas que auxiliem as empreendedoras com técnicas e recursos para manutenção dos seus negócios.

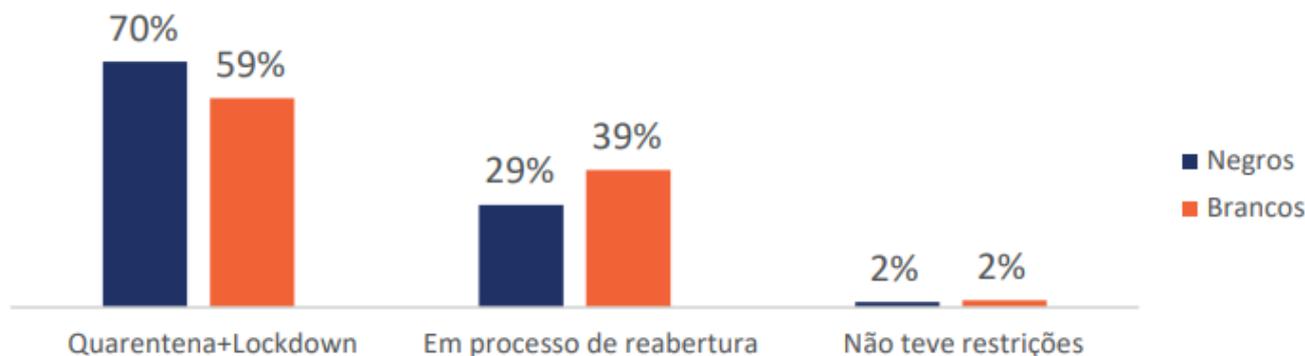


Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

Em relação à cor/raça, o estudo do Sebrae mostrou que empreendedores negros são mais prejudicados pela crise. A instituição apontou 5 fatores principais que ajudam a explicar essa desigualdade. O primeiro deles é a predominância de empreendedores negros em municípios e regiões onde as medidas de distanciamento social são mais duras. Segundo o Sebrae, 70% dos empreendedores negros estão nestas localidades, contra 59% dos brancos. O segundo fator é a alta proporção de negócios que só funcionam de forma presencial entre os empreendedores negros, que é de 45% contra 35% dos brancos. O terceiro fator é a menor utilização de ferramentas digitais de comercialização entre empreendedores negros, o que provavelmente tem relação com o fato de negócios que só funcionam presencialmente terem maior predominância entre empreendedores negros. O quarto fator é alta proporção de negócios menos estruturados entre empreendedores negros. Estes empreendimentos apresentam menor proporção de MEI (77% contra 49%), menor proporção de empreendimentos com funcionários (39% contra 55%) e faturamento médio (antes da pandemia) inferior (R\$ 19.000,00 contra R\$ 31.000,00). O quinto e último fator da lista é a maior proporção de recusas de solicitações de empréstimos bancários, sendo negros maioria entre os que não conseguiram.

Os resultados do estudo mostram a importância da compreensão da existência de disparidades nas condições de sobrevivência dos pequenos negócios para a elaboração de ações efetivas de apoio e de estímulo ao empreendedorismo no país. O gráfico abaixo evidencia como as medidas de isolamento social impuseram impactos mais significativos sobre empreendimentos geridos pela população negra:

## Como está a restrição de circulação de pessoas no seu município nesse momento?



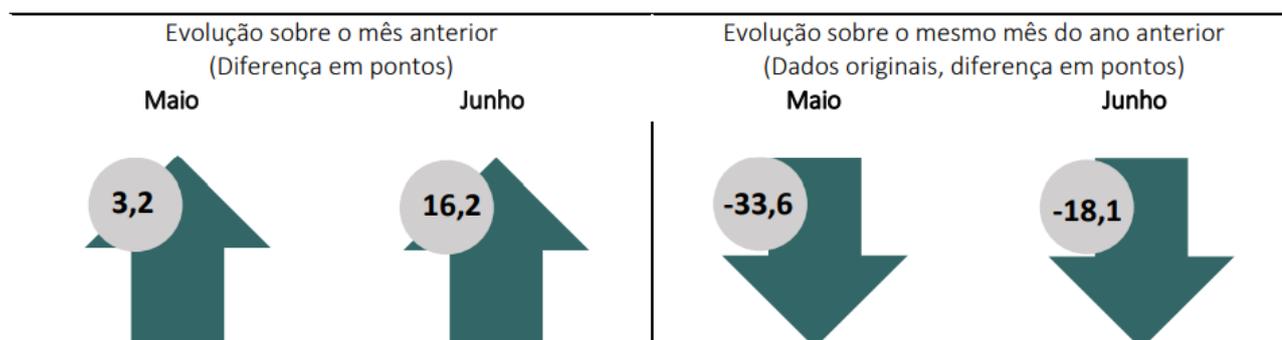
Fonte: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)

## ÍNDICE DE CONFIANÇA DA INDÚSTRIA

### Indicador tem a maior variação positiva da série histórica em junho, mas recuperação tende a ser lenta

Em junho, o Índice de Confiança da Indústria (ICI), mensurado pela Fundação Getúlio Vargas, subiu 16,2 pontos em relação ao ICI do mês anterior (maio) e chegou a 77,6 pontos, sendo a maior variação positiva mensal da série histórica, que teve início em 2001. A alta registrada em junho é a segunda consecutiva do indicador, que já havia aumentado 3,2 pontos em maio em relação ao mês de abril. Os resultados indicam que o pior momento da crise para o setor pode ter ficado para trás, quando o ICI chegou a registrar 58,2 pontos no mês de abril, o resultado mais baixo da série histórica.

Entretanto, apesar dos indícios de aumento da confiança do empresariado no curto e no médio prazo, o ICI ainda está longe de recuperar a pontuação perdida com o avanço da crise do novo Coronavírus no país, já que a alta registrada em junho retoma apenas metade da pontuação perdida entre os meses de março e abril (39,3 pontos) deste ano. Já na comparação com o ano passado, o ICI de junho deste ano foi 18,1% inferior ao de junho de 2019 e 33,6% inferior ao de maio de 2019, o que demonstra que a recuperação da confiança dos empresários da indústria nos mesmos patamares registrados antes do início da crise tende a ser lenta.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - IBRE

## HOME OFFICE E O SERVIÇO PÚBLICO

### Governo Federal percebe ser possível manter os serviços públicos e poupar gastos no pós-pandemia

Com o advento das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia de COVID-19, videoconferências têm se tornado uma adaptação necessária e prometem substituir boa parte das reuniões e viagens. Essas transformações não se limitaram à iniciativa privada e, na administração pública, a proposta do governo federal consiste em fazer com que esse tipo de alternativa perdure no pós-pandemia como forma de contenção de gastos. Afinal, passados mais de três meses de pandemia e home office, o governo percebeu que é possível manter os serviços públicos e a gestão da máquina pública com atividades parcialmente remotas e ainda economizar com essa mudança. Por isso, estuda-se como manter parte dessa economia e há sinais que o corte de gastos pode chegar a R\$ 500 milhões por ano.

De acordo com um balanço da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, o governo federal economizou quase R\$ 200 milhões só com deslocamentos e viagens a serviço nos últimos três meses. Esse gasto foi de R\$ 265,2 milhões, entre março e maio de 2019, mas somou R\$ 65,5 milhões no mesmo período deste ano, uma redução de 75%. Tal poupança de recursos evidenciou que muitas agendas que demandavam viagens de servidores podem ser substituídas por reuniões virtuais sem que haja prejuízo à qualidade do trabalho.

Diante da previsão de uma liberação para viagens aéreas, calcula-se que, mesmo mantendo as viagens essenciais, o governo pode reduzir cerca de R\$ 500 milhões nos gastos anuais relacionados a viagens. Segundo um levantamento da Associação Contas Abertas, essa economia engloba não apenas os bilhetes aéreos, mas também custos com diárias e hospedagens, o que se evidencia devido ao fato de que, nesses últimos três meses de isolamento social, diminuíram em R\$ 160,1 milhões os gastos da União com diárias e em mais R\$ 5,2 milhões as despesas com hospedagens.

Além disso, a Associação Contas Abertas constatou um corte de R\$ 40,4 milhões nos gastos do Executivo, do Judiciário e do Legislativo com mobiliário, além de uma diminuição de R\$ 13,9 milhões com locação de imóveis; R\$ 8,5 milhões, com material de consumo; e R\$ 8,3 milhões, com material de expediente, entre março e maio deste ano. Também foram observadas reduções significativas nos pagamentos de auxílio-transporte (redução de R\$ 34,1 milhões) e adicional de periculosidade (menos R\$ 22 milhões). Isso porque, de acordo com um balanço da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, 79.641 servidores públicos federais civis seguiam trabalhando de casa no fim de junho, o que equivale a, aproximadamente, 49% da força de trabalho da administração pública federal.